

A volta da geopolítica (como geoeconomia)*

Mario Garnero**

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva trouxe ao primeiro plano a discussão sobre os rumos da política externa do Brasil. E, nesse quadro, já é possível notar a retomada da importância da geopolítica como balizadora das relações internacionais do país. Durante os anos da Guerra Fria, esse foi um elemento constante de nossa diplomacia, especialmente em relação aos vizinhos da Bacia do Prata e da região amazônica. Hoje, porém, o enfoque adquire novo significado e relevância. É a volta da geopolítica.

Diferentemente do passado, geopolítica não é mais sinônimo, unicamente, de garantir a segurança e a defesa nacional. É, ademais, meio pelo qual um país estrutura sua inserção política — e econômica — no mundo. Desse modo, é necessário retirá-la de sua acepção original, seja do determinismo geográfico, seja das ideologias totalitaristas que tanto a utilizaram na justificação de políticas de expansão.

Se a redefinição da geopolítica é prioridade, a própria teoria clássica tem por onde contribuir. Albrecht Haushofer, oficial e geopolítico alemão, cunhou na década de 1930 a expressão *Lebensraum* (espaço vital) para designar uma extensão territorial, rica em recursos naturais, cuja dominação seria essencial para que um país pudesse ascender à condição de potência. Concisa e articulada, a teoria do espaço vital logo caiu nas mãos de Hitler e da máquina de guerra nazista, que a deturparam na ânsia de justificar a anexação da Áustria, da antiga Tchecoslováquia e da Polônia, o estopim da conflagração mundial.

A noção do espaço vital é ainda útil para a compreensão de nossa época e da missão de nosso país. Não mais, no entanto, devemos associá-la à conquista territorial. Em primeiro lugar, a comunidade internacional, amparada pela Carta das Nações Unidas, condena tal atitude. Em segundo, não há necessidade: países de dimensões continentais como o Brasil já dispõem dos recursos naturais necessários. Além disso, a índole brasileira, que privilegia o diálogo e a negociação, nos tem levado há mais de 130 anos de relações pacíficas com nossos vizinhos — tudo isso amparado pelo dispositivo constitucional que faz da busca da paz tarefa precípua do Estado brasileiro.

Como caracterizar, então, o espaço vital? Em sua essência, o termo implica a função de garantir a vitalidade dos Estados. Hoje, essa vitalidade não mais está ligada à questão da segurança e da promoção ideológica. Ao contrário, esse ativo reside na capacidade de gerar e gerenciar desenvolvimento econômico sustentado. É o espaço vital como espaço da prosperidade.

Nesse sentido, a dinâmica poupança-investimento-produtividade-renda é, a um tempo, motor de sua expansão e solução para a erradicação da pobreza e da fome — amarras que têm nos atado ao subdesenvolvimento. Em consequência dessa atualização, a geopolítica deve ser vista, mais acertadamente, como geoeconomia. Assim, o direcionamento da política internacional justifica-se cada vez mais pela ótica da interdependência e da integração econômica.

Tal qual sua antecessora, a velha geopolítica, os objetivos da geoeconomia passam pela identificação e utilização dos recursos disponíveis. As forças armadas eram o pilar da ação geopolítica. No novo teatro, o exército pertence a outra natureza: é composto por técnicos e especialistas, de economistas a negociadores internacionais. No passado, eram os tanques a linha de frente da batalha. No presente, as multinacionais e as marcas. Forças não-convencionais de nada mais adiantam. O Paquistão continua tão pobre como antes, enquanto a Índia experimenta um florescimento econômico inspirador. Isso se deve não ao arsenal atômico, que o Paquistão também já mostrou ter, mas à força de seu software.

Se, a despeito disso a geopolítica foi sempre entendida como *high politics*, isto é, como o xadrez diplomático jogado pelos grandes estadistas, assim também deve ser compreendida a geoeconomia. A par dos

recursos disponíveis, as empatias e as relações pessoais dos homens públicos contam — e muito. A competição mostra-se dia-a-dia mais acirrada e mesmo pequenos detalhes podem garantir vantagens enormes.

Em sentido amplo, a geoeconomia é, portanto, a estratégia de inserção internacional de um país ponderada preponderantemente por critérios econômicos. Daí que a política externa não pode ser a extensão da política interna, mas seu instrumento. Nesse sentido, é possível adequar uma política industrial abrangente no plano interno, amparada pelo investimento em áreas sociais, com uma política exterior engajada na promoção comercial, na abertura de mercados e na atração de investimentos. Essa é a combinação ideal para o Brasil.

Ao estabelecer e priorizar parcerias, o novo governo brasileiro deve ter em mente a premência da abordagem geoeconômica. Tanto mais porque nossos parceiros nos enxergam por essa ótica. Desse modo, devemos buscar fortalecer os laços de amizade e entendimento com aqueles que possam, sobretudo, impulsionar a expansão de nosso “espaço da prosperidade”.

É com base nessas considerações que devemos pautar nossa atuação ante temas como a Área de Livre Comércio das Américas, a União Européia, a Organização Mundial do Comércio, o Mercosul e a Asean. Não podemos nos perder em minúcias técnicas nas negociações. Cabe a nós entender que a abordagem geoeconômica, bem traduzida em termos de promoção comercial e atração de investimentos produtivos, está no centro dos interesses nacionais do Brasil.

* Este artigo foi originalmente publicado no Correio Braziliense, 9.12.2002.

** Mario Garnero é presidente do Fórum das Américas e do Grupo Brasilinvest.